





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



AMNS

Nº 70024657546

2008/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70024657546

COMARCA DE PORTO ALEGRE

JADIR FOFONKA

PROPONENTE

CAMARA MUNICIPAL DE  
VEREADORES DE IMBE

REQUERIDO

EXMO SR DR PROCURADOR  
GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

Vistos.

JADIR FOFONKA, PREFEITO MUNICIPAL DE IMBÉ, propõe a presente ação, buscando a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 1.129/2008, de iniciativa da Câmara de Vereadores daquele município, que incluiu parágrafo único ao artigo 3º da Lei Municipal nº 141/92, assim redigido: *"Parágrafo Único – Toda a areia que for removida pelo vento, que fique em cima do calçadão, nas avenidas e ruas de beira mar em toda a extensão do Município, deverá ser retirada pelo Executivo e devolvida à faixa de praia do Município."*

Alega violação aos artigos 19 e 251, da Constituição Estadual.

É o sucinto relatório.

Decido.

Com efeito, tenho que não estão presentes os requisitos ensejadores para deferir a liminar postulada e suspender a vigência da lei municipal apontada como inconstitucional, não verificando, por ora, prejuízo de sua permanência no ordenamento jurídico do Município de Imbé.



AMNS  
Nº 70024657546  
2008/CÍVEL

Notifique-se a Câmara Municipal de Vereadores para, no prazo de 30 dias, querendo, apresente as informações que entender pertinentes.

Cite-se o Doutor Procurador-Geral do Estado.

Após, dê-se vista ao Doutor Procurador-Geral de Justiça.

Porto Alegre, 05 de junho de 2008.

**DES.ª ANA MARIA NEDEL SCALZILLI,**  
Relatora.